



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

13 de janeiro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>13 / 01 / 2017</i>	Página	<i>01</i>

MP denuncia ex-prefeita por crimes de responsabilidade



Danúbia Loyane Almeida Carneiro não prestou contas de três convênios firmados entre a prefeitura municipal e o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	03

CONTAS REPROVADAS.....

MP denuncia ex-prefeita de Chapadinha

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadinha ingressou, no último dia 6, com três denúncias por crimes de responsabilidade contra Danúbia Loyane de Almeida Carneiro, ex-prefeita que administrou o município no período de 2009 a 2012. As denúncias são baseadas na falta de prestação de contas de três convênios firmados entre o Município e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Cultura.

Os três convênios previam o repasse de R\$ 200 mil, cada um, ao Município, para a realização de três eventos: Festival de Verão 2012, São João 2012 e Carnaval 2012. Os recursos foram devidamente disponibilizados pelo Estado do Maranhão, conforme comprovação por meio das Notas de Empenho e Ordens

Bancárias.

Nos três casos, havia a previsão de que a prestação de contas deveriam ser feitas em até 60 dias após o término da vigência dos convênios. As prestações deveriam ser feitas até 30 de julho (Carnaval), 30 de setembro (São João) e 30 de outubro de 2012 (Festival de Verão), o que não aconteceu.

A Prefeitura de Chapadinha foi notificada pela Secretaria de Estado da Cultura a respeito da ausência das prestações de contas e, mesmo assim, não cumpriu com a obrigação prevista nos convênios.

Nas Denúncias, o promotor de justiça Douglas Assunção Nojosa observa que "não se tem notícia ou comprovação de que os recursos públicos transferidos pelo Estado do Maranhão ao Município de Chapadinha



Danúbia Loyane não prestou contas de três convênios

tenham sido efetivamente aplicados nos termos do convênio".

O Decreto-Lei nº 201/1967, que trata dos crimes de responsabilidade, prevê pena de deten-

ção, de três meses a três anos, para os casos de falta de prestação de contas da aplicação de recursos públicos no tempo devido.

PR/13/12/13



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>13 / 01 / 2017</i>	Página	<i>03</i>

Tímido...

Diferentemente do Caso Sefaz, fortemente criticado por procuradores, OAB e por magistrados, o Ministério Público atua de forma tímida no "escândalo da Funac".

A informação, por exemplo, de que o órgão instaurou inquérito civil para apurar supostas irregularidades no aluguel do prédio da Aurora, foi dada no último parágrafo de uma matéria institucional que tratava da inspeção no imóvel.

Para o caso, que mancha o governo Flávio Dino, com fortes indícios de favorecimento, não coube coletiva de imprensa, distribuição de releases e uso midiático da informação pelo órgão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Bastidores	
DATA 13 / 01 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Cadê o dinheiro?

Vários prefeitos maranhenses já estão terminando a segunda semana no cargo, mas sem pôr a mão no dinheiro da prefeitura. É que, diante de salários atrasados na gestão passada, a Justiça acolheu pedido do Ministério Público e bloqueou a verba do FPM até que os funcionários recebam o que têm direito.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Bate Rebate</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>13</i> / 01 / 2017	Página <i>03</i>		

DISCUSSÃO

O estreitamento das parcerias institucionais entre o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) e o Ministério Público do Maranhão (MPMA) foi um dos principais motes da visita do procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, ao presidente da corte de contas, Caldas Furtado, na manhã de quarta-feira (12/01). Pelo MPMA participaram da reunião os promotores Emanuel Soares (diretor-geral), e os promotores Marco Amorim (secretário de assuntos institucionais). Do TCE-MA estavam presentes o ouvidor-geral, conselheiro Washington Luiz; os conselheiros substitutos Antonio Blecaute e Osmário Guimarães; os procuradores de contas Paulo Henrique dos Reis (procurador-geral), Flávia Gonzalez, Jairo Cavalcanti e Douglas Silva, além do auditor de controle externo Raul Cancian.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Bate e Rebate	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	03

ADOÇÃO DE MELHORIAS

Na inspeção realizada na quarta-feira (11), na Unidade de Internação Temporária de adolescentes, localizada no bairro Aurora, em São Luís, representantes do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública constataram a necessidade de adequações técnicas e estruturais no prédio, além de medidas de segurança no local. No termo de inspeção, eles recomendam a adoção de várias medidas e que não sejam feitas novas transferências de socioeducandos para a unidade até o cumprimento de todas as recomendações. O documento foi entregue à Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e à Fundação da Criança e do Adolescente (Funac). O termo é assinado pelo juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José dos Santos Costa; pela promotora de Justiça Emmanuella Bello Peixoto; o defensor público geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior; e as defensoras públicas Ana Júlia da Silva Sousa e Elaine Alves do Rego Barros Monteiro.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA	<i>13</i> / 01 / 2017	Página	<i>03</i> () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

É muito aluguel

Parece mesmo que os chamados aluguéis camaradas do governo Flávio Dino (PCdoB) são o calcanhar de aquiles dos comunistas no Maranhão. A cada dia surgem novas histórias e novos documentos mostrando não apenas as estranhezas já conhecidas do aluguel na Aurora, onde funcionará uma unidade da Funac, mas de outros imóveis espalhados pelo Maranhão.

A própria Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), envolvida no rumoroso caso da Aurora - em que o imóvel que serviu de comitê de campanha do PCdoB e pertence a um comunista foi pago por R\$ 17 meses sem nenhuma serventia para o governo - aparece em outro caso estranho, desta vez no Centro.

Segundo o Diário Oficial do dia 15 de agosto de 2015, a Funac fechou contrato com a LDA

Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA., com dispensa de licitação e valor mensal de R\$ 45 mil. Ocorre que, à época, o prédio ainda estava em construção, obra que só terminou no final de 2016.

Mesmo assim, o governo comunista pagou nada menos que R\$ 720 mil de aluguel. E ainda teve que bancar uma reforma de mais de R\$ 150 mil para abrigar a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI).

Há outros casos de aluguéis com preços altíssimos, a maior parte beneficiando, coincidentemente, membros do PCdoB, como o prédio do antigo Casino Maranhense, ou financiadores de campanha, como a unidade do Detran-MA em Caxias.

Diante dos fatos surgidos ao longo das duas últimas semanas, o caso inicial, envolvendo o imóvel do comunista Jean Carlos Oliveira, na Aurora, passa a ser até de menor monta diante do tamanho das suspeitas envolvendo outros aluguéis. E parece que a história está longe de ser encerrada.

Há outros casos de aluguel com preços altíssimos, a maior parte beneficiando comunistas



VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	() Outros	
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 13/01/2017	Página 03	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Governo pagou R\$ 720 mil por aluguel de imóvel fechado na Cajazeiras

Imóvel da L.D.A Comércio de Cêneros Alimentícios abriga sede da Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) há uma semana, mas está alugado desde agosto de 2015

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O governo Flávio Dino (PCdoB) pagou, desde outubro de 2015, R\$ 720 mil pelo aluguel de um imóvel onde só passou a funcionar há uma semana a nova sede da Delegacia do Adolescente Infrator (DAI). O prédio fica na Rua das Cajazeiras, nº 190, no centro de São Luís.

O contrato de locação foi assinado com a L.D.A Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda, no início do mês de agosto de 2015, pela presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), Elisângela Cardoso. Mas houve uma retificação no fim daquele mesmo mês, por incorreção quanto à vigência: passou de 12 para 60 meses.

O valor global era de R\$ 540 mil – referente a 12 parcelas de aluguel mensal de R\$ 45 mil. Mas, segundo dados do Portal da Transparência do Governo do Estado, já foram pagas, até o dia 26 de dezembro de 2016, 16 parcelas de igual valor.

A nova sede da DAI funciona ainda em obras. Na fachada, uma placa de identificação indica que a adequação do prédio começou, no máximo, há 45 dias e custou mais R\$ 151,3 mil.

A obra, nesse caso, ficou a cargo da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sintra), cujo titular, Clayton Noleto (PCdoB), não respondeu a O Estado a data exata de início da reforma.

Nota

Em nota, a Funac diz que o imóvel foi locado para abrigar não apenas a DAI, mas o Centro Integrado de Justiça Juvenil (Cijjuv), que "integra os órgãos da Funac: Delegacia do Adolescente Infrator, Promotoria de Justiça Especializada, 2ª Vara da Infância e Juventude e Defensoria Pública do Maranhão".

Afirma, ainda, que em março de 2016 – sete meses após o início do contrato, que já vinha sendo pago – iniciaram-se "as adequações internas de seus espaços". E garante que em setembro de 2016 já estava em funcionamento no imóvel a Delegacia do Adolescente Infrator, infor-



Prédio alugado ainda em obras passou a abrigar a DAI após polêmica de outro imóvel da Funac, na Aurora

Total Seção

Favorecido	Valor Pago (R\$)
1. por Favorecido	3.612.814.972,06
2. L.D.A. COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.	180.000,00
3. FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MA.	180.000,00

Favorecido	Finalidade	Empenho	Ord. Bancária	Emissão	Valor Empenhado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)	Valor Pago (R\$)
L.D.A. COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.	PG REF DESP C/ LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2015003787	2015004646	06/10/2015	45.000,00	45.000,00	45.000,00
L.D.A. COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.	PG REF DESP C/ LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2015004627	2015006317	25/11/2015	45.000,00	45.000,00	45.000,00
L.D.A. COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.	PG DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NOV/15	2015004638	2015006864	29/12/2015	45.000,00	45.000,00	45.000,00
L.D.A. COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.	PG REF DESP C/ LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2015004637	2015006865	19/12/2015	45.000,00	45.000,00	45.000,00

Extrato do Portal da Transparência mostra que o prédio começou a ser pago ainda no exercício de 2015

mação que foi negada por um escrivão da Polícia Civil de plantão na tarde de ontem. A O Estado, ele informou que a DAI só começou a funcionar nas Cajazeiras há uma semana.

Igual

O pagamento de aluguel antecipado por parte do Governo do Maranhão para o proprietário do imóvel onde funciona a delegacia nas Cajazeiras, apesar de mais prejudicial ao erário, é igual ao do prédio onde a Funac instalou um anexo do Centro de Juventude Canaã, na Aurora.

O Executivo também pagava desde 2015 pela locação da casa de propriedade do comunista Jean Carlos Oliveira – que é também funcionário da Empresa Ma-

CONTRATO

Erro dificulta pesquisa de pagamentos

Um erro na publicação do contrato entre a Funac e a L.D.A Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda dificulta a identificação dos pagamentos feitos pelo governo pelo aluguel do prédio onde foi instalada

há uma semana a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), na Rua das Cajazeiras. No Diário Oficial, o locado é identificado como Ltda Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda.

ranhense de Administração Partidária (Imap) –, mesmo a unidade só tendo sido instalada há uma semana.

Para o aliado, foram transferidos mensalmente R\$ 9,5 mil desde agosto de 2015. A justificativa do

governo é que, na Aurora, as obras de adequação já haviam começado àquela época, mas acabaram sendo paralisadas por pressão dos moradores, que negam a existência de qualquer serviço no local até o fim do mês passado.●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Empresa que montou o VLT recorrerá de decisão judicial

Prefeitura de São Luís conseguiu na Justiça decisão obrigando a Bom Sinal a fazer a guarda e manutenção do VLT; empresa afirma que ainda não foi notificada

A empresa cearense Bom Sinal Indústria e Comércio, responsável por fabricar e fornecer o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para a Prefeitura de São Luís, informou que recorrerá da decisão judicial que a obriga a fazer a guarda e manutenção do veículo.

Os novos capítulos sobre a história do VLT na capital maranhense se iniciaram em agosto do ano passado, quando a Prefeitura conseguiu na Justiça – por meio de decisão expedida pelo juiz titular da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Cícero Dias de Sousa Filho – o direito de que a empresa Bom Sinal arque com os custos de manutenção e conservação do veículo, obrigando-se, em especial, ao pagamento da locação do galpão.

Recurso

Por meio de nota encaminhada a O Estado, a empresa afirmou que ainda aguarda ser notificada oficialmente dessa decisão judicial. Informou também que serão tomadas as medidas legais para a defesa contra qualquer ônus que venha a ser imputado à Bom Sinal, inclusive difamação, uma vez que a empresa não tem nenhuma responsabilidade sobre custos de armazenagem e



Depois de ficar um ano sem uso na Praia Grande, em 2013 o VLT foi transportado para galpão na BR-135

SAIBA MAIS

Sob grande expectativa, o VLT chegou a São Luís em 5 de setembro de 2012, em meio às comemorações dos 400 anos da cidade. À época, a gestão municipal anunciou a implantação do modelo de transporte como uma das soluções para o deslocamento urbano. No dia 20 de setembro do mesmo ano, a Prefeitura promoveu o primeiro e único teste com o VLT, na Praia Grande, ao lado do Terminal da Integração. O passeio durou aproximadamente oito minutos, com cerca de 100 pessoas, entre membros da comunidade e jornalistas, e o veículo atingiu a velocidade máxima, na ocasião, de 30 km/h.

manutenção do VLT.

No processo judicial, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes informou que a implantação do VLT não foi antecedida de planejamento ou estudo pela gestão anterior, cujo chefe do executivo era o ex-prefeito João Castelo, falecido recentemente.

Por causa disso, a Procuradoria Geral do Município (PGM) ingressou com ação na Justiça pedindo que a empresa Bom Sinal devolvesse os valores pagos pelo Município à empresa pelas composições e arcaisse com os custos de armazenamento e manu-

Empresa afirmou que ainda aguarda ser notificada

tenção do equipamento.

Sobre essa situação, a empresa Bom Sinal informou que não foi contratada para realizar etapas de construção e engenharia ferroviária. O contrato previa apenas o fornecimento do VLT. As obras civis foram objeto de outro contrato da Prefeitura com a empresa Serveng Civilsan S/A.

“Se esse contrato não foi levado a termo pela Prefeitura, causando a não utilização do VLT e sua alocação nos trilhos, não assiste à Bom Sinal nenhum tipo de responsabilidade. O contrato firmado entre a Prefeitura de São Luís e a Bom Sinal foi lícito, dentro dos padrões legais e integralmente cumprido pela contratada e é incabível qualquer ônus extracontratual à mesma”, disse a empresa por meio da nota. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 13 / 01 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Justiça impede Zé Vieira de acessar contas

Prefeito de Bacabal está impedido de movimentar os recursos do município

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O juiz federal Clécio Alves de Araújo, da subseção da Justiça Federal em Bacabal, negou ao prefeito eleito do município, Zé Vieira (PP), acesso às contas da Prefeitura.

A decisão do magistrado foi contrária ao pedido formulado pelo município, por meio da Procuradoria, que tentava fazer com que a Justiça obrigasse a Caixa Econômica Federal a cadastrar Vieira e permitir a ele a movimentação de recursos.

No pedido, Zé Vieira apresentou à Justiça Federal uma cópia do ato de posse assinado pelo vereador César Brito (PPS), considerado por aliados como presidente da Câmara Municipal.

O documento, contudo, foi desconsiderado pela Justiça Federal, uma vez que a discussão pelo comando do Legislativo também está no âmbito do Poder Judiciário. Isso porque, além de Brito, o vereador Edvan Brandão (PSC) foi também eleito presidente da Casa, num impasse que ganhou repercussão em todo o estado.

Para a Justiça Federal, enquanto não se resolver o problema da Câmara, a posse de Zé Vieira - mesmo diplomado e considerado eleito pelo TSE - fica também pendente.

Na argumentação para liberar

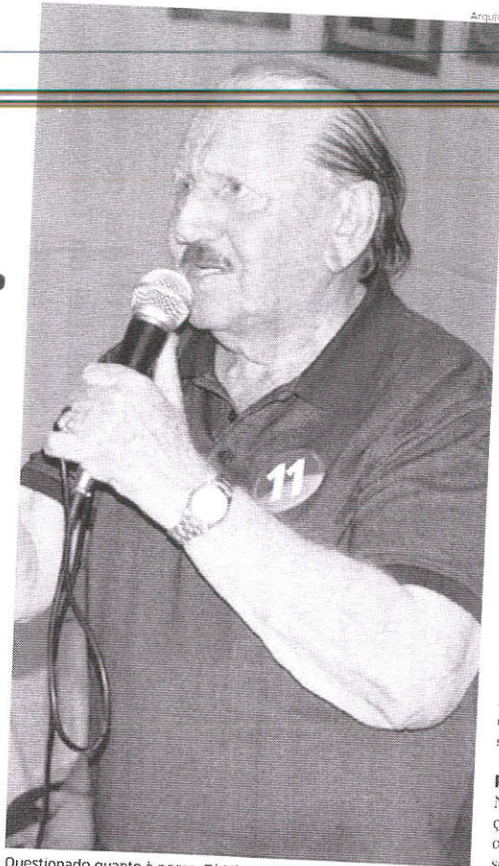
acesso às contas do município, Zé Vieira sustentou que a não permissão para que ele movimentasse as contas do município junto à Caixa Econômica, tem provocado sérios e irreparáveis prejuízos à população, uma vez que o município está impedido de obter informações sobre extratos bancários.

Questionável

Ao analisar o pedido, o juiz Clécio Alves de Araújo avaliou a "posse" de Zé Vieira como questionável, uma vez que há um impasse em relação à eleição da Mesa Diretora de Bacabal. "É de conhecimento público o impasse existente quanto à eleição dos dirigentes do Parlamento Municipal, situação que impossibilita à população e às instituições, em geral, saber quem de fato está exercendo a presidência e os demais cargos existentes na estrutura interna daquela Casa", disse.

O magistrado também considerou não haver qualquer tipo de ilegalidade na decisão interna da Caixa Econômica em não liberar acesso de Zé Vieira às contas.

"Não vislumbro, em análise perfunctória, qualquer ilegalidade na recusa da requerida em realizar o cadastro de José Vieira Lins como representante da nova administração municipal, eis que a negativa é pautada em ato administrativo cujas presunções relativas de legitimidade e veracidade não foram



Questionado quanto à posse, Zé Vieira está sem acesso às contas

elididas", salientou.

"Destá forma, constatada a ausência do requisito concernente à probabilidade do direito, desnecessária a aferição da existência do segundo requisito. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência", finalizou.

A eleição de Zé Vieira tem se revestido de polêmica desde o pleito. Ele passou toda a campanha eleitoral sob júdice e teve, inclusive, os votos contados em separado pela Justiça Eleitoral.

Mas, às vésperas da posse dos eleitos, o ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, concedeu liminar garantindo a diplomação e a posse, o que ocorreu de forma legítima por causa da indefinição quanto ao comando da Câmara Municipal. ●

Oficialmente, Bacabal está sem prefeito legitimado

Considerado eleito pela Justiça Eleitoral, Zé Vieira foi empossado por Câmara clandestina

O município de Bacabal permaneceu até ontem sem prefeito, 12 dias após o início de novo exercício financeiro para os 217 municípios do estado. Apesar de empossado por um suposto presidente da Câmara, o prefeito considerado eleito Zé Vieira é considerado ilegítimo para comandar o município.

Primeiro colocado nas eleições 2016, Zé Vieira (PP) chegou a ser diplomado pela Justiça Eleitoral, após obter decisão favorável do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas não tomou posse no comando do Executivo.

Isso por causa de uma situação inusitada no município: a eleição de dois vereadores como presidentes da Câmara Municipal da cidade. É o presidente do Poder Legislativo quem tem a prerrogativa de dar posse ao chefe do Executivo.

Posse

No dia 1º de janeiro, data da eleição da Mesa Diretora da Câmara, o grupo apoiado por Zé Vieira conseguiu dar posse a dois suplentes de vereador, Feitosas (PTN) e Dedé da Trizidela (PMDB), no lugar dos titulares Joãozinho do Algodãozinho (SD) e Natália Duda (PMDB). A alegação utilizada foi de que os titulares não haviam apresentado os diplomas para a posse. Os documentos, misteriosamente, haviam sumido da Câmara.

“É de conhecimento o impasse quanto à eleição do Parlamento, situação que impossibilita saber quem exerce o comando da Casa”

CLÉCIO ALVES DE ARAÚJO
Juiz federal da Subseção de Bacabal

Com isso, Professor Maninho (PSB), decano da Casa, comandou uma eleição que contou apenas com oito vereadores eleitos - mais os dois suplentes irregularmente empossados - e declarou eleito Cesar Brito como presidente da Câmara Municipal.

Em outro local, o grupo que detém a maioria - com nove vereadores - realizou uma segunda eleição, com a participação de Joãozinho do Algodãozinho e Natália Duda, elegendo como presidente Edvan Brandão (PSC).

E desde então a Câmara passou a contar com dois presidentes, até que a Justiça decida sobre o comando da Mesa Diretora e, consequentemente, do Poder Executivo. ●

CONFUSÃO

Câmara Municipal tem 2 presidentes

A Câmara Municipal do município de Bacabal segue em forte crise, com a eleição de dois presidentes para o exercício do biênio 2017-2018. Os vereadores César Brito (PPS) e Edvan Brandão (PSC) foram eleitos por seus aliados, em pleitos que aguardam a decisão da Justiça. Um dos eleitos faz oposição a Zé Vieira e questiona sua posse na Prefeitura.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 13 / 01 / 2017	Página 02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Laudo mostra três pontos impróprios em praias da Ilha

Trechos ficam nas praias da Ponta d'Areia e São Marcos; semanalmente, são analisados 21 pontos



Trecho da Ponta d'Areia está impróprio para banho, além de outros dois

O mais recente laudo das condições de balneabilidade das praias da Região Metropolitana de São Luís mostra três pontos impróprios para o banho. O documento é datado do dia 11 deste mês, ou seja, quarta-feira. Ontem, o site da Revista Exame publicou uma reportagem que mostrava apenas um ponto impróprio para o banho das praias da Ilha, colocando o Maranhão como o estado com menos pontos inadequados para o banho.

No entanto, o laudo utilizado para a publicação da reportagem era datado do dia 6 de janeiro, que mostrava um ponto da Praia de São Marcos, na Foz do Rio Calhau, como inadequado para o banho, enquanto os outros 20 pontos foram classificados como próprios. Ontem, o Governo do Estado divulgou um material, com base na reportagem da Revista Exame, que mostrava a existência de apenas um ponto impróprio para o banho.

Na quarta-feira, dia 11, no entanto, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) divulgou o mais recente laudo sobre as condições de bal-

neabilidade das praias da região metropolitana, que mostra a existência de três pontos impróprios, sendo dois na Praia da Ponta d'Areia (atrás do Bar do Dodô e em frente ao Hotel Brisa Mar) e um na Praia de São Marcos (em frente aos bares do Chef e Marlene's). Em laudos anteriores já foi comprovado a existência de oito pontos impróprios para o banho nas praias.

Laudos

A Sema passou a divulgar os laudos com as condições de balneabilidade das praias após Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) do Maranhão obrigando a secretaria a divulgar as condições de balneabilidade das praias de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, incluindo a fixação de placas em trechos impróprios para banho.

Em 2012, as praias da Região Metropolitana de São Luís passaram quase 200 dias interditadas pela Sema após a divulgação de um laudo, no dia 25 de março daquele ano, segundo o qual toda a orla es-

BALNEABILIDADE

Condições das praias, conforme laudo de dia 11/01

Praia da Ponta d'Areia (ao lado do Forte Santo Antonio) - próprio

Praia da Ponta d'Areia (atrás do Hotel Praia Mar) - próprio

Praia da Ponta d'Areia (atrás do Bar do Dodô) - impróprio

Praia da Ponta d'Areia (em frente à Praça de Apoio ao Banhista) - próprio

Praia da Ponta d'Areia (em frente ao Edifício Herbene Regadas) - próprio

Praia da Ponta d'Areia (em frente ao Hotel Brisa Mar) - impróprio

Praia de São Marcos (em frente aos Bares Do Chef e Marlene's) - impróprio

Praia de São Marcos (em frente à Barraca da Marcela) - próprio

Praia de São Marcos (em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar) - próprio

Praia de São Marcos (em frente ao IPEM e ao Bar Kalamazoo) - próprio

Praia de São Marcos (Foz do Rio Calhau) - próprio

Praia do Calhau (à direita da elevatória II da CAEMA) - próprio

Praia do Calhau (em frente a Pousada Tambaú) - próprio

Praia do Calhau (em frente ao Bar Malibu) - próprio

Praia do Olho d'Água (à direita da Elevatória Pimenta I) - próprio

Praia do Olho d'Água (à direita da Elevatória Iemanjá II) - próprio

Praia do Meio (em frente ao Bar do Capiá) - próprio

Praia do Meio (em frente ao Bar da Praia) - próprio

Praia do Araçagi (em frente ao Fatima's Bar) - próprio

tava imprópria para banho. A liberação ocorreu dia 11 de outubro, após a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) executar obras de melhoria do sistema de esgotamento sanitário de São Luís. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



1ª do Brasil em praias próprias para o banho

Das 21 praias maranhenses analisadas pela Revista Exame, apenas uma foi apontada como imprópria, enquanto Santa Catarina registra a maior quantidade de pontos impróprios para o banho de mar

Com segundo maior litoral do país, aproximadamente 640km de extensão, o Maranhão agora é também o estado brasileiro com maior quantidade de praias próprias para o banho. A constatação é resultado do levantamento realizado pela Revista Exame, a qual avaliou as condições de balneabilidade de praias de 16 unidades federativas.

De acordo com o levantamento, divulgado ontem, do total de praias avaliadas, 159 foram consideradas impróprias devido à quantidade de bactérias presentes na água do mar. Das 21 praias maranhenses analisadas, apenas uma foi apontada como imprópria, enquanto Santa Catarina registra a maior quantidade de pontos inadequados para o banho de mar: 71 no total.

De acordo com o presidente-executivo do Instituto Trata Brasil (ITB), Edson Carlos, consultado pela Revista, a questão da balneabilidade é de grave e está diretamente relacionada às intervenções do poder público. "Durante o verão, os sistemas de tratamento não dão conta do volume de pessoas e, devido ao funcionamento irregular, o esgoto é despejado no mar", disse.



É bom saber que as coisas estão melhorando. Antes sempre tinha a desconfiança dos laudos, mas agora podemos perceber que a mudança é real. Dá para confiar e aproveitar a praia mais tranquila

Polliana Soares,
estudante de enfermagem

Mais Saneamento

Na Grande São Luís, a balneabilidade das praias foi recuperada a partir das intervenções realizadas pelo Governo do Maranhão através do Programa Mais Saneamento, como destacou o presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), Davi Tolles.

"Este resultado é um grande reconhecimento do esforço que vem sendo feito dentro do Programa Mais Saneamento para manter as condições de balneabilidade das praias. Estamos trabalhando para que os índices se mantenham na média, mesmo que variando um pouco a cada semana. Muito já conseguimos avançar em termos de tratamento de esgoto e, até 2018, trabalharemos para alcançar o índice de 70% de esgoto tratado, que é o objetivo do programa", avaliou.

As ações emergenciais já foram iniciadas em 2015, quando a Companhia começou a restauração do emissário de esgoto da Praia do Olho d'Água, que estava rompido e com a tubulação obstruída. O trabalho foi realizado de forma integrada com o início dos serviços nas Estações Elevatórias de Esgotos (EEE).

Outra ação importante iniciada ainda em 2015 e que foi fortalecida ao longo deste ano é a despoluição dos rios. Esse trabalho foi iniciado em setembro de 2015 com o projeto de despo-

luição dos rios Pimenta e Claro. Além disso, uma série de outras ações do Programa Mais Saneamento estão em curso, como a construção de mais de 35 novas Estações Elevatórias de Esgoto (EEE), a ampliação das estações do Bacanga e do Jaracá, a implantação de aproximadamente 355km de redes coletoras e interceptoras, das quais 85km já foram instaladas.

Outro importante investimento foi o funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto do Vinhais, a ETE Vinhais, e em breve a ETE Anil, que até 2018 resultará em 70% do esgoto da capital sendo tratado. Esses equipamentos são parte dos investimentos de R\$ 320 milhões no Mais Saneamento, cuja meta é elevar de

4% para 70% a quantidade de esgoto tratado em São Luís. Além disso, a qualidade da água é regularmente monitorada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e, para quem agora pode tomar banho no mar tranquilamente, a diferença é notória, como afirmou a estudante de enfermagem Polliana Soares.

"É bom saber que as coisas estão melhorando. Antes sempre tinha a desconfiança dos laudos, mas agora podemos perceber que a mudança é real. Dá para confiar e aproveitar a praia mais tranquila", afirmou a estudante.





VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	02

Maranhão é o primeiro do Brasil em praias próprias para o banho

Com segundo maior litoral do país, aproximadamente 640km de extensão, o Maranhão agora é também o estado brasileiro com maior quantidade de praias próprias para o banho. A constatação é resultado do levantamento realizado pela Revista Exame, que avaliou as condições de balneabilidade de praias de 16 estados.

De acordo com o levantamento, divulgado nesta quinta-feira (12), do total de praias avaliadas, 150 foram consideradas impróprias devido à quantidade de bactérias presentes na água do mar. Das 21 praias maranhenses

analisadas, apenas uma foi apontada como imprópria, enquanto Santa Catarina registra a maior quantidade de pontos inadequados para o banho de mar: 71 no total.

De acordo com o presidente-executivo do Instituto Trata Brasil (ITB), Édison Carlos, consultado pela Revista, a questão da balneabilidade é grave e está diretamente relacionada às intervenções do poder público. "Durante o verão, os sistemas de tratamento não dão conta do volume de pessoas e, devido ao funcionamento irregular, o esgoto é despejado no mar, disse".

Mais Saneamento

Em São Luís, a balneabilidade das praias foi recuperada a partir das intervenções realizadas pelo Governo do Maranhão através do Programa 'Mais Saneamento', como destacou o presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema).

"Este resultado é um grande reconhecimento do esforço que vêm sendo feito dentro do Programa 'Mais Saneamento' para manter as condições de balneabilidade das praias. Estamos trabalhando para que os índices se mantenham na média, mesmo que variando um pouco a cada semana. Muito já conseguimos avançar em termos de tratamento de esgoto, e, até 2018, trabalharemos para alcançar o índice de 70% de esgoto tratado, que é o objetivo do programa", avaliou.

As ações emergenciais já foram iniciadas em 2015, quando a Companhia iniciou a restauração do emissário de esgoto da praia do Olho d'Água, que estava rompido e com a tubulação obstruída. O trabalho foi realizado de forma integrada com o início dos serviços nas Estações Elevatórias de Esgotos (EEE).

Outra ação importante iniciada ainda em 2015 e que foi fortalecida ao longo deste ano é a despoluição dos rios. Esse trabalho foi iniciado em setembro de 2015 com o projeto de despoluição dos Rios Pimenta e Claro. Além disso, uma série de outras ações do Programa Mais Saneamento estão em curso, como a construção de mais de 35 novas Estações Elevatórias de Esgoto (EEE), a ampliação das estações do Bacanga e do Jaracati, a implantação de aproximadamente 355 km de redes coletoras e interceptoras, das quais 85km já foram instaladas.

Outro importante investimento foi o funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto do Vinhais, a ETE Vinhais, e em breve a ETE Anil, que até 2018, resultarão em 70% do esgoto da capital sendo tratado. Esses equipamentos são parte dos investimentos de R\$ 320 milhões no 'Mais Saneamento', cuja meta é elevar de 4% para 70% a quantidade de esgoto tratado em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 13 / 01 / 2017	Página 02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Rodoviários aprovam estado de greve dando prazo para empresários

Se não houver acordo entre trabalhadores e empresas até a próxima semana, a categoria irá paralisar as atividades, conforme decisão em assembleias gerais

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão (Strema) aprovou estado de greve após duas assembleias gerais da categoria realizadas ontem, na sede da entidade, na Rua Afonso Pena, Centro. Com a decisão, será concedido prazo aos empresários para que as negociações ocorram entre as partes. A categoria faz diversas reivindicações aos empresários, entre as quais o remanejamento dos trabalhadores das empresas que deixaram o transporte público de São Luís para aquelas que venceram a licitação e a regularização do pagamento dos salários, que tem ocorrido com atrasos.

As assembleias ocorreram às 9h e 16h. Após as discussões, a categoria votou pelo estado de greve. "É importante ressaltar que os trabalhadores ainda não vão parar. Por enquanto, não haverá paralisação do sistema de transporte em São Luís", explica Isaias Castelo Branco, presidente do Strema.

Com o estado de greve, o Strema estabelece um prazo aos empresários, até a metade da próxima semana, para que as negociações entre as partes possam acontecer. Se nenhum acordo for firmado durante esse período, os trabalhadores vão cruzar os braços.

Sem acordo, os rodoviários prometem parar

Reivindicações

De acordo com o Strema, algumas empresas ou consórcios que atuam no transporte público de São Luís ainda não fizeram o pagamento do 13º salário dos funcionários. Outro item debatido foram as condições de trabalho e a falta de estrutura dos pontos finais das linhas de ônibus. "Quase todos os pontos finais na capital estão em situação precária, sem o mínimo de infraestrutura, como, por exemplo, a ausência de banheiros", afirmou Isaias Castelo Branco.

A demissão dos rodoviários foi outra questão discutida. Com a licita-



Os motoristas se manifestaram ontem, em assembleia geral, pela aprovação de estado de greve

GREVES

Rodoviários usam a força da pressão

Pelo menos desde 2006 os rodoviários deflagram greve para pressionar os empresários a concederem reajuste salarial e outros benefícios. O movimento afeta a rotina da cidade e deixa milhares de usuários do transporte coletivo de São Luís sem ter como se deslocar pela cidade. De todos os movimentos paretistas, o mais longo foi o de 2012, que deixou a cidade sem ônibus por 17 dias, além de ter causado prejuízos para o comércio local, sobretudo as lojas da Rua Grande, que ficaram vazias. A categoria só retomou as atividades após o Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT) conceder reajuste salarial de 7% à categoria.

As negociações do

reajuste salarial 2013 entre o Strema e o SET foram longas. Foram necessárias oito reuniões para que empresários e trabalhadores do setor de transporte coletivo de São Luís entrassem em acordo, segundo o qual motoristas tiveram reajuste salarial de 11,32%, cobradores, 11,93% e fiscais de 11,56%.

Desde 2006, o maior aumento salarial conseguido pelos trabalhadores havia sido de 8,3%, no ano de 2011. Em 2006, os rodoviários tiveram aumento salarial da ordem de 8%, no ano seguinte o reajuste foi de 4%, mesmo percentual de 2009. Nos outros anos, o aumento salarial não ultrapassou 7%. A última greve da categoria foi em 2015.

tação, empresas deixaram de atuar no sistema de transporte e, como consequência, muitos trabalhadores foram dispensados, mas alguns empresários não cumpriram com a obrigação de pagar as verbas rescisórias. Pelo acordo feito entre Ministério Público (MP), Prefeitura de São Luís, Strema e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de São Luís (SET), os funcionários deveriam ser remanejados para outras empresas ou consórcios, o que ainda não ocorreu.

Itens que integram a Convenção Coletiva de Trabalho e que ainda não foram implementados também serão cobrados pelos trabalhadores aos empresários, como atraso de salário e o não repasse do ticket alimentação; pagamento dos trabalhadores por meio de contas em bancos, além do descanso estabelecido na convenção, que o rodoviário tem direito entre uma viagem e outra. ●

vídeo NA
VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Giro</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	12

REIVINDICAÇÕES

Rodoviários deflagram estado de greve

Em duas assembleias realizadas ontem na sede do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão, os rodoviários aprovaram por unanimidade a declaração de estado de greve da categoria. Em reuniões marcadas por ânimos exaltados, discussões calorosas e muitas reivindicações por parte da categoria.

Motoristas, cobradores e fiscais demonstraram indignação,

diante dos vários direitos, até hoje desrespeitados pelos empresários. Entre as pautas, estão questões salariais, como, por exemplo, o não pagamento do 13º salário dos funcionários por parte de algumas empresas e consórcios que atuam no transporte público de São Luís.

Em relação às condições de trabalho, os pontos finais também entraram nas dis-

cussões. Segundo o sindicato, diversos estão em situação precária, sem o mínimo de infraestrutura, como a ausência de banheiros para atender às necessidades de trabalhadores e usuários do sistema.

Demissões

Entre as pautas dos sindicalistas, está a demissão de

trabalhadores pelas empresas. Pelo acordo feito entre Ministério Público, Prefeitura de São Luís, Sindicato dos Rodoviários e Sindicato Patronal (SET), os funcionários deveriam ser remanejados para outras empresas ou consórcios, medida que não está sendo tomada pelos empresários.

Ainda entre as reivindicações dos sindicalistas, estão

itens que integram a Convenção Coletiva de Trabalho e que ainda não foram implementados, como atraso de salário e o não repasse do tíquete-alimentação, pagamento dos trabalhadores por meio de contas em bancos, além do descanso estabelecido nesta Convenção, que o rodoviário tem direito entre uma viagem e outra.

Durante as assembleias, foi

aprovado por unanimidade, a partir de agora, o "Estado de Greve". Isso significa que os trabalhadores ainda não vão parar. Com o Estado de Greve, o Sindicato dos Rodoviários informa o agravamento das relações. Se nenhum acordo for firmado durante esse período, os sindicalistas ameaçam deflagrar greve em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	02

Sindicato dos Motoristas para pressionar autoridades, cria um tal de “estado de greve”

As duas Assembleias desta quinta-feira (12), na sede do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão, foram marcadas por ânimos exaltados, discussões calorosas e muitas reivindicações por parte da categoria.

As Assembleias foram conduzidas pelo Presidente, Isaias Castelo Branco e demais diretores da entidade.

Durante as Assembleias foi aprovado, por unanimidade, o estado de greve. É importante ressaltar, que isso significa dizer, que os trabalhadores ainda não vão parar. Por enquanto, não haverá paralisação do sistema em São Luís. Com o estado de greve, o Sindicato dos Rodoviários está concedendo um prazo aos empresários, até a metade da próxima semana, para que as negociações entre as partes, possam acontecer. Se nenhum acordo for firmado durante esse período, aí sim,

será deflagrado o movimento na capital.

As duas ocasiões os Rodoviários, entre eles, motoristas, cobradores e fiscais, demonstraram indignação, diante dos vários direitos, até hoje desrespeitados pelos empresários. Quanto às questões salariais, existem empresas ou consórcios, que atuam no transporte público de São Luís, que até não efetuou o pagamento do 13º salário dos funcionários. Em relação às condições de trabalho, os pontos finais também entraram nas discussões. Quase todos na capital, estão em situação precária, sem o mínimo de infra-estrutura, como por exemplo, a ausência de banheiros para atender as necessidades de trabalhadores e usuários do sistema.

Outros pontos, também foram incluídos na pauta: Com a licitação, muitas empresas, que antes prestavam

serviço, deixaram de atuar no transporte público, com isso, muitos trabalhadores foram dispensados, mas alguns empresários não cumpriram com a obrigação de pagar as verbas rescisórias. A demissão dos Rodoviários foi outra questão discutida. Pelo acordo feito entre Ministério Público, Prefeitura de São Luís, Sindicato dos Rodoviários e Sindicato Patronal – SET, os funcionários deveriam ser remanejados para outras empresas ou consórcios, medida que não está sendo tomada pelos empresários.

Itens que integram a Convenção Coletiva de Trabalho e que ainda não foram implementados, foram questionados nos encontros, como atraso de salário e o não repasse do ticket alimentação, pagamento dos trabalhadores por meio de contas em bancos, além do descanso estabelecido nesta Convenção,

que o Rodoviário tem direito entre uma viagem e outra.

“Há algum tempo, estamos discutindo todos esses itens de maneira pacífica com a classe patronal, mas nenhum avanço ocorreu. Cansamos de esperar por uma definição. A paciência da diretoria desta entidade, assim como a dos trabalhadores, se esgotou. Se é preciso tomar medidas extremas, para ver nossos direitos serem respeitados, então é por esse caminho que seguiremos. Entramos agora em estado de greve. Nesse período aguardaremos o chamamento dos empresários, visando um acordo. Caso isso não aconteça, não vemos outra saída, iremos deflagrar o movimento, reter os ônibus nas garagens e paralisar o transporte público de São Luís”, avalia Isaias Castelo Branco, Presidente do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	13 / 01 / 2017	Página	05
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Piso dos professores tem reajuste e vai para R\$ 2.298

O ministro Mendonça Filho informou ontem que o novo piso salarial dos professores terá um reajuste de 7,64% a partir deste mês; valor mínimo vale para docentes com formação de nível médio

BRASÍLIA

O piso salarial dos professores em 2017 terá um reajuste de 7,64%. Com isso, o menor salário a ser pago a professores da educação básica da rede pública deve passar dos atuais R\$ 2.135,64 para 2.298,80. O anúncio foi feito ontem pelo Ministério da Educação (MEC). A portaria com o novo piso salarial será publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União.

O piso salarial dos docentes é reajustado anualmente, seguindo as regras da Lei 11.738/2008, a chamada Lei do Piso, que define o mínimo a ser pago a profissionais em início de carreira, com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais.

Menor

O ajuste deste ano é menor que o do ano passado, que foi de 11,36%. O valor representa um aumento real, acima da inflação de 2016, que fechou em 6,29%. O novo valor começa a valer a partir deste mês.

"Significa um reajuste acima da inflação, cumprindo a legislação", disse o ministro da Educação, Mendonça Filho. "É algo importante porque significa, na prática,

a valorização do papel do professor, que é central na garantia de uma boa qualidade da educação. Não se pode ter uma educação de qualidade se não tivermos professores bem remunerados e motivados", acrescenta.

Ajuste deste ano é menor que o do ano passado

O reajuste preocupa estados e municípios

A lei vincula o aumento à variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Pela lei, os demais níveis da carreira não recebem necessariamente o mesmo aumento, o que é negociado em cada unidade federativa.

Aumento

Em um cenário de crise, o reajuste preocupa estados e municípios. Estudo divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios

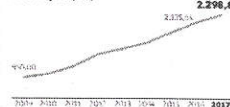


Ministro da Educação, Mendonça Filho, disse que o reajuste é acima da inflação, "cumprindo a legislação"

PISO SALARIAL DOS PROFESSORES

Reajuste de 7,64%

EVOLUÇÃO (R\$)



FONTE: Ministério da Educação

BENEFICIADOS
Professores com formação de nível médio que atuam em escolas públicas com 40 horas de trabalho semanais

(CNM) mostra que o reajuste do piso salarial dos professores vai gerar um aumento de R\$ 5.083 bilhões nos gastos municipais.

De acordo com a CNM, de 2009 a 2016 os gastos com a folha de magistério tiveram uma expansão de R\$ 41,829 bilhões. O valor já cresceu 241,9%, muito acima da inflação relativa ao período e maior do que o próprio aumento das receitas do Fundeb.

O Fundeb é formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transfe-

FUNDEB

Governo repassa R\$ 1,25 bilhão

O ministro da Educação, Mendonça Filho, disse ontem que, ao final do ano passado, o governo antecipou o repasse de R\$ 1,25 bilhão do Fundeb. "O pagamento foi honrado ainda dentro do exercício de 2016, o que não ocorria. O prazo para que o repasse fosse feito é até abril do ano subsequente", disse. Ele acrescenta que, em 2017, os repasses aos estados e municípios serão mensais, "o que vai totalizar R\$ 1,3 bilhão e ajudará o fôlego dos estados e municípios e suas respectivas folhas", finalizou.

rências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais. Pelo menos 60% desses recursos devem ser destinados a pagamento de pessoal.

Folha

Segundo a CNM, atualmente, os municípios comprometem, em média, 78,4% dos recursos do Fundeb apenas com a folha de pagamento desses profissionais, de acordo com dados do Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). Em 2015, mais de 70 Municípios já comprometem 100% desses recursos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Aconteceu</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>13 / 01 / 2017</i>	Página	<i>02</i>



Piso dos professores vai para R\$ 2.298,80

O piso salarial dos professores em 2017 terá um reajuste de 7,64%. Com isso, o menor salário a ser pago a professores da educação básica da rede pública deve passar dos atuais R\$ 2.135,64 para 2.298,80. O anúncio foi feito ontem (12) pelo Ministério da Educação (MEC). O piso salarial dos docentes é reajustado anualmente, seguindo as regras da Lei 11.738/2008, a chamada Lei do Piso, que define o mínimo a ser pago a profissionais em início de carreira, com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais. O ajuste deste ano é menor que o do ano passado, que foi de 11,36%. O valor representa um aumento real, acima da inflação de 2016, que fechou em 6,29%. O novo valor começa a valer a partir deste mês.

Bastidores p. 03

Piso dos mestres

Segundo o Ministério da Educação, o piso salarial dos professores foi reajustado em 7,64% no país. Com o aumento, o menor valor a ser pago a esses profissionais deve passar dos atuais R\$ 2.135,64 para R\$ 2.298,80. A implementação, porém, vai depender de cada estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	07

Detento é assassinado por asfixia dentro de viatura da Polícia Militar

Um detento identificado como Humberto Wilson Fernandes Moraes foi assassinado por asfixia dentro de uma viatura da Secretaria de Justiça na manhã desta quinta-feira, dia 12 de janeiro. De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Piauí (Sinpoljuspi), Kleiton Holanda, o crime ocorreu no momento em que o preso era transferido da Casa de Custódia de Teresina para um presídio em Floriano, no Sul do Piauí.

"Nós fomos surpreendidos com esta notícia desse preso que foi morto. Ele já tinha passagem. Ele deu entrada e voltou pelo mesmo crime, artigo 157. Ele foi levado para audiência, mas como na Casa de Custódia não havia mais lugar, acharam melhor

transferir para Floriano. Ele chegou ontem de manhã e foi morto hoje. Ele foi morto dentro da viatura por asfixia por outros presos que estavam dentro do camburão", afirmou.

Segundo o vice-presidente, os acusados foram levados para Delegacia de Floriano, onde confessaram o crime. "São presos da capital levados para o interior, onde também há superlotação. Os acusados já foram levados para Delegacia. Eles, segundo relatos, afirmaram ser do PCC. É um caso que chama atenção pelo fato de os presos terem matado outro preso, abre, assim, um alerta máximo porque foi durante um curso de transferência, desafiando o Estado. Eles [acusados] assumiram o

crime e disseram que foi 'ordem' recebida para matar", acrescentou.

Kleiton Holanda explica que os acusados pertencem a uma facção que atua dentro da Casa de Custódia. "Há informações que eles pertencem a uma facção instalada dentro da Casa de Custódia. Nós ficamos preocupados, porque sabemos que naquela região, no Sul do Piauí, há membros da 'Família do Norte', de Manaus", declarou.

Na viatura seguiam 8 detentos, mas somente três, segundo Kleiton Holanda, teriam praticado o crime. Em nota, a Secretaria de Justiça do Piauí informou que apenas dois detentos participaram do crime: Francisco Alisson Pereira da Silva e Rafael de Oliveira Carvalho.

Acusado de homicídio reage a prisão e leva tiro no pé

Um homem suspeito de ter cometido um homicídio na cidade de Turiaçu, na Baixada Maranhense, no último dia 10, no povoado Colônia de Amélia, na zona rural do município, foi preso na tarde de quarta-feira, 11. Jonas Ribeiro Freitas é acusado de ter tirado a vida de um homem conhecido por, Gilberto. A guarnição da Polícia Militar da cidade de Turiaçu, foi até o povoado Camarinho em um carro descharacterizado e localizou o acusado na casa de sua mãe.

A guarnição adentrou a residência e no interior da mesma encontrou Jonas, que reagiu sendo atingido por um tiro na perna. O acusado foi levado ao hospital da cidade onde recebeu atendimento médico e em seguida foi apresentado na Delegacia para os procedimentos cabíveis.

IDOSA PRESA – Uma guarnição de serviço da Polícia Militar da cidade de Turilândia cumpriu na manhã de quarta-feira, 11, mandado de busca e apreensão na residência da Sra. Maria Creuza Silva de 65 anos residente na Rua da Estrela no bairro Santo Antônio.

A polícia adentrou a casa de Maria Creuza e durante buscas foram encontrados, 34 cabeças de substância semelhante à crack, a quantia de R\$ 47,95, um rolo de sacola supostamente para embalar a drogas, 02 pen drives e 01 celular marca Samsung.

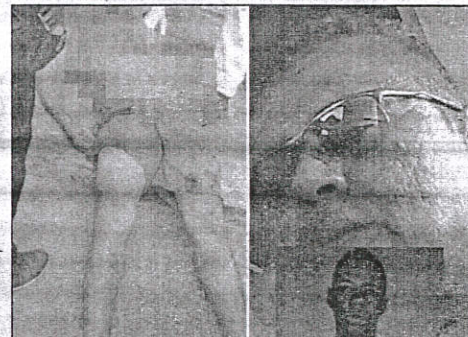
Maria Creuza ainda tentou se desfazer de um papelote com substância semelhante à crack mas foi flagrada. A mesma foi apresentada a DP para medidas cabíveis.

Ex-agente penitenciário é assassinado e suspeito é um ex-presidiário de Pedrinhas

O ex-agente penitenciário identificado como Máiro de Jesus Pinto Mendes, de 44 anos, foi assassinado a tiros na tarde desta quinta-feira (12), na porta do condomínio onde morava, no Residencial Ribeira, área do Maracanã.

A polícia acredita que ex-presidiários do Complexo Penitenciário de Pedrinhas tenham assassinado o rapaz. A polícia iniciou as investigações e chegou ao um possível suspeito, trata-se de Carlan, que seria ex-interno de Pedrinhas.

A vítima deixou de trabalhar no Presídio São Luís I há cerca de três meses e morava no Residencial Ribeira há menos de um ano. Policiais Militares ainda realizou rondas pela



Máiro foi morto a tiros na porta de casa, em detalhe o suspeito.

localidade, mas não conseguiram prender os suspeitos. O fato vai ser investigado pela

equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP).

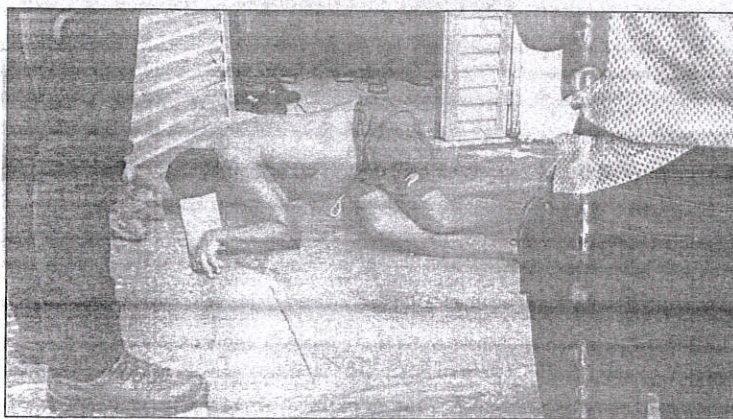


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 01 / 2017	Página	08
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Vigilante é fuzilado no Aterro da Ribeira



Um homem identificado como Mairo Mendes de Jesus (foto) foi assassinado ontem à tarde, com oito tiros, quando chegava em sua moto no estacionamento do prédio onde morava, no Aterro da Ribeira. A vítima trabalhava como vigilante na empresa Atlântica e seria irmão do Sargento PM Mendes.

As autoridades policiais já têm um suspeito da morte do vigilante. Seria um ex-presidiário, mas não revelaram seu nome, para não atrapalhar as investigações. Também não foi divulgado o motivo que culminou na execução de Mairo Mendes.

PMs detém mulher suspeita de roubo

Policiais militares da viatura prefixo 16010, malha metropolitana da Forquilha, da 1ª Cia do 8º BPM, prenderam em flagrante delito, nas proximidades da Fibral, na Cohab Anil, Vanessa Cristina Serra Trindade, de

20 anos, moradora do Bairro Nova Terra, município de São José de Ribamar (MA).

Acusada de roubo contra outra mulher, de 26 anos, Vanessa Serra foi apresentada no 6º DP, do Bairro da Cohab, para averiguações.



Vanessa Cristina



GILBERTO MORAES FRAZÃO

Traficante preso em flagrante no Itapera

Policiais do 21º BPM prenderam na Rua N. Sra. da Conceição, Vila Bagdá, área do Itapera, Gilberto Moraes Frazão, o "Gil", de 31 anos, suspeito de tráfico de drogas. Com o suposto traficantes foram apreendidos uma balança de precisão, 100 "trouxinhas" de substância com aparência

de crack, aproximadamente 22 gramas da droga, R\$ 32 e outros objetos.

Os militares fizeram o cerco ao local, Gil tentou fugir, mas acabou alvejado com um tiro na perna direita. Após os atendimentos médicos, ele foi apresentado no 12º DP, para as providências cabíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	13 / 01 / 2017	Página	05
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Lei de drogas é "fator chave" para a população carcerária

Condições desumanas nas cadeias são destaque em relatório anual da Human Rights Watch sobre situação de direitos humanos no país

BRASÍLIA

A Lei de Drogas (Lei 11.343) aprovada em 2006 - que endureceu penas para traficantes e as abrandou para usuários - é "um fator chave para o drástico aumento da população carcerária no Brasil", afirma o 27º relatório global da organização Human Rights Watch, divulgado ontem. O relatório faz uma análise da situação de direitos humanos ao longo de 2016 em mais de 90 países.

De acordo com o documento, em 2005, 9% dos presos no Brasil haviam sido detidos por crimes relacionados às drogas. Em 2014, eram 28%. Para a ONG, a falta de clareza da legislação acabou levando muitos usuários a serem condenados como traficantes.

"Embora a lei tenha substituído a pena de prisão para usuários de drogas por medidas alternativas, como o serviço comunitário - o que deveria ter reduzido a população carcerária -, sua linguagem vaga pos-

sibilita que usuários sejam condenados como traficantes", diz o texto.

Pela legislação, aprovada em agosto de 2006, para definir se o preso é usuário de drogas ou traficante, o juiz deve analisar quesitos

Relatório da HRW foi divulgado ontem

Mais de 622 mil adultos estão atrás das grades

como quantidade apreendida, histórico do detido, condições da ação, antecedentes, etc. Mas para críticos, essa orientação abriu espaço para que decisões fossem tomadas por fatores subjetivos.

Para a diretora no Brasil da HRW, Maria Laura Canineu, "a lei deixou

uma subjetividade grande na determinação de quem é traficante ou usuário. Pela nossa experiência e nas visitas que fazemos aos presídios, percebemos que há um número grande de pessoas cumprindo penas por porte de quantidade pequena de drogas. Em um caso em Pernambuco, conhecemos um réu primário de 19 anos que cumpre pena de 4 anos de prisão por portar 15 gramas de maconha".

Condições desumanas

Além de apontar para a legislação - e suas distorções - como uma das principais razões para o aumento no número de detentos no Brasil, a ONG cita as rebeliões ocorridas em algumas cidades do país desde o início do ano e alerta para a situação precária dos presídios do país e os casos de violação dos direitos humanos nesses locais.

Segundo dados citados pelo documento, mais de 622 mil adultos estão atrás das grades, 67% a mais